IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

MUNICÍPIO DE IMBITUVA – PR Ref.: PREGÃO ELETRONICO Nº 61/2023

JUAREZ LOIOLA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.236.386/0001-05, com sede na Rua Atílio Borio nº 721, casa 07, na cidade de Curitiba, estado de Paraná, por seu representante legal infra-assinado, vem, com fulcro no § 2º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria a fim de;

I M P U G N A R

O Edital em referência, que adiante especifica o que faz na conformidade seguinte:

DOS FATOS

O subscriteve tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu a PREGÃO ELETRONICO Nº 61/2023. Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se com a necessidade de incluir o pedido de comprovação das qualificações técnica com os seguintes itens:

- Licença Sanitária com liberação para a atividade de manutenção de equipamentos médicos hospitalares e afins. Aqueles que não descrevem atividades de venda/peças apresentarem a isenção.
JUSTIFICATIVA - permissão junto ao município de exercer tal atividade ou apresentar isenção.

- Comprovação de que a licitante está cadastrada junto ao órgão fiscalizador para realização de manutenção e calibração de esfigmomanômetro e balanças com peso mínimo de 200 kg. (Conforme Portaria INMETRO 65 de 28/01/2015)

JUSTIFICATIVA – exigência em conter atestado de autorização do órgão fiscalizador INMETRO, no qual no estado do Paraná é o IPEM, para realizar manutenção em esfigmomanômetro e balanças.

Sabe-se que a Secretaria de Saúde possui balanças e esfigmomanômetros vez que estes contemplam-se no edital, no entanto, não exige a documentação necessária para a execução adequada dos serviços nestes itens.

Desta maneira, enfatiza-se que a manutenção/calibração é regulamentada pelo INMETRO, e, portanto, apenas empresas devidamente registradas e homologadas estão aptas à prestação dos serviços, de modo que cabe ao ente exigir a competente documentação, sob pena de cometimento de ilegalidade.

Vale consignar, por oportuno, que acerca da exigibilidade de INMETRO em licitação pública, a Lei 8.666/93 estabelece que (grifo nosso):

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnicos adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.”

Como condição de habilitação, portanto, deverá ser exigida a apresentação dos Atestados de Autorização, emitidos pelo INMETRO, para execução de serviços de manutenção e/ou reparo em Balanças e Esfigmomanômetros (aparelhos de pressão), quando for o caso.

Em conclusão, o ente tem o poder de exigir que empresas interessadas em participar do certame comprovem estar habilitadas para realização da manutenção em equipamentos regulamentados pelo INMETRO, a fim de qualificar as propostas do edital, bem como, sob pena de colocar em risco os usuários do sistema de saúde.

- Comprovação de possuir em seu quadro técnico, responsável técnico em eletrotécnica ou técnico em equipamentos médicos devidamente reconhecido, detentor de atestado técnico e registro junto ao CFT. (Ofício-Circular-n-002-2018 CFT)

JUSTIFICATIVA - O edital está beneficiando apenas um órgão fiscalizador conforme paragrafo abaixo:

Os técnicos industriais não estão mais filiados ao CREA e sim ao Conselho Federal dos Técnicos – CFT, os quais também são habilitados aos serviços prepostos no edital, portanto este Edital precisará aceitar o Certificado do Conselho Federal dos Técnicos – CFT.

Conselho Federal dos Técnicos – CFT - Criado em 26 de março de 2018, sob a sanção presidencial da Lei 13639/18 conforme Diário Oficial publicado em 27 de março de 2018, edição 59, seção 1, onde no artigo 32 consta a desvinculação dos técnicos junto ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e os Conselhos Regionais de Engenharia - CREA e institui a CFT órgão fiscalizador para as classes dos técnicos e as empresas afiliadas.

- Comprovação de possuir em seu quadro técnico, responsável técnico engenheiro mecânico ou técnico em mecânica devidamente reconhecido, detentor de atestado técnico e registro junto ao CREA ou CFT. (Conforme Ofício 51347/2022 CREA-PR, Ofício-Circular-n-002-2018 CFT).

JUSTIFICATIVA - Necessidade de comprovar o profissional técnico qualificado na modalidade mecânica devidamente reconhecido a fim de atestar a infraestrutura da unidade de saúde, manutenção das instalações físicas de *compressores* e salas odontológicas, manutenções em *autoclaves* e afins.

No item:

“7.4 PARA QUALIFICAÇÃO TECNICA

a) Certidão de Registro da empresa junto ao CREA ou outro conselho equivalente, com habilitação para o ramo de atividade, sendo o responsável técnico habilitado para emitir ART/RRT OU SIMILAR, dos serviços a serem realizados;”

A solicitação do documento está descrita de maneira genérica, sem especificação de qual deverá ser o profissional habilitado para realizar o serviço. Dessa forma, deverá citar os profissionais de forma clara e objetiva, no qual possuem atribuição técnica para manutenção em equipamentos médicos e odontológicos. Sendo eles, técnico em manutenção de equipamentos médicos, técnico ou engenheiro eletricitista, técnico ou engenheiro mecânico ou técnico em eletrotécnica.

DO PEDIDO

Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito para:

- Incluir os responsáveis técnicos em elétrica, mecânica e equipamentos médicos conforme separação de atribuições técnicas levando em consideração a particularidade de cada lote e equipamentos com base nas orientações do CREA/CFT.
- Incluir a exigência do atestado de autorização INMETRO para manutenção em esfigmomanômetros e balanças com escopo mínimo de 200 kg.
- Incluir a exigência da apresentação da Licença Sanitária ou isenção.
- Determinar-se a republicação do Edital, escoimado do vício apontado, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93.

Nestes Termos

Pedimos Deferimento

Curitiba, 09 de Outubro de 2023.

JUAREZ LOIOLA
ESPEC. EM MANUTENÇÃO
CFT/PR - 1701246341
CREA/PR - 58284